



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE HISTÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Modalidade: PROJETO DE PESQUISA DE MESTRADO

A LITERATURA UTILITÁRIA MARTIANA: NOTAS SOBRE 1891

CAIO ABADE NASCIMENTO

RA00200133

Orientadora: Dra. Vera Lúcia Vieira

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a obtenção de título de licenciado em História, pelo Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SÃO PAULO

2020

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar o constructo ideológico de José Martí, sobre as estratégias a serem desencadeadas visando a independência cubana. Tais representações podem ser extraídas de suas distintas elaborações literárias. Produzidas no ano de 1891, possuem um cunho político central, em um momento de acirramento de posturas nacionalista e anti-imperialista. Referimo-nos à sua produção publicada como “Nuestra América”, à sua poética intitulada “Versos singelos” e a seu pronunciamento “Con todos y para el bien de todos”.

Palavras-chave: José Martí, anti-imperialismo, nacionalismo, pensamento martiano, Versos Singelos, Nuestra América.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze José Martí's ideological construct, about the strategies to be launched aiming at Cuban independence. Such representations can be extracted from their different literary elaborations. Produced in the year 1891, they have a central political stamp, at a time of increased nationalist and anti-imperialist stances. We refer to his production published as “Nuestra América”, his poetics entitled “Simple Verses” and his pronouncement “Con todos y para el bien de todos”.

Keywords: José Martí, anti-imperialism, nationalism, martian thought, Simple Verses, Nuestra América.

SUMÁRIO

Introdução	Pg. 4
Objetivos	Pg. 5
Justificativa	Pg. 6
Discussão teórico-metodológica	Pg. 6
Debate historiográfico	Pg. 10
Plano de Trabalho e Cronograma	Pg. 26
Fontes e Bibliografia	Pg. 27

INTRODUÇÃO

José Julian Martí Perez (1853-1895), nascido em Havana, foi um dos principais intelectuais a pensar a América Latina, além de lutar pela concretização da independência de Cuba. Foi professor, escritor, jornalista, poeta e líder revolucionário, elaborador não apenas das raízes para a emancipação cubana, enquanto fundador do Partido Revolucionário Cubano, mas também de um olhar atento para o povo, as nações e a realidade concreta da América Latina.

Em texto clássico introdutório à antologia “Nossa América” de José Martí, Roberto Fernandez Retamar, põe em questão o sentido da escrita martiana: vastíssima, mas com poucos livros publicados, modernista, mas sem buscar outros tempos. Escritos consequentes enquanto partes da totalidade de um pensamento denso voltado para a realidade. *“Martí questionou a própria existência da literatura, em plenitude, ali onde não existe outra plenitude: a histórica”* (RETAMAR, 1983:59).

Ler Martí é entender que a concepção de literatura presente em sua obra transpassa o formalismo estético do literato do século XIX, pois privilegia a realidade frente às formas literárias e suas representações¹. Logo, o imaginado não tem vez. A concretude histórica requer demasiada atenção, e não é possível desviar-se dessa problemática fundamental: A finalidade de seus atos estão voltadas para pensar, e fazer, a independência de Cuba. O Anti-imperialismo e o sentimento de pertencimento nacional são os liames que transpassam a produção intelectual martiana, e que se apresentam de formas distintas pela sua escrita.

A voz também tem espaço essencial: “dizer é uma maneira de fazer”². A relação entre discurso, enquanto elaboração teórica, e prática, nos faz pensar até que ponto não são indissociáveis à tarefa histórica da independência cubana. As tarefas de organização para a luta de libertação política, exigiam não apenas a ideia no papel, mas a fala em discursos e no ato pedagógico de se fazer pensar as necessidades da terra. Logo, podemos ir para a pergunta fundamental: qual a função social da escrita de Martí, dentro da especificidade do contexto cubano do final do Século XIX? Ou seja, como a produção teórica martiana, e seus gêneros influenciaram e foram influenciados pelo contexto cubano?

¹ O conceito de Representação será desenvolvido posteriormente ao tratarmos da abordagem teórico-metodológica.

² RETAMAR, 1983, p. 57.

A renúncia ao romance/novela já está posta no prólogo incluso por José Martí em seu romance, “Lucía Jerez”, ao citar a tentativa de “*levantar el espíritu del público con hazañas de caballeros y de héroes, que han venido a ser personas muy fuera de lo real y del buen gusto*”³, em um trabalho que “*No es más, ni es menos*”⁴.

Se propôs ao real, onde podia ouvir diálogos de pessoas que viveram. Além disso, o gênero não possibilitava, quantitativamente e qualitativamente⁵, as articulações e denúncias políticas para a construção do projeto de soberania nacional. Em contrapartida, o jornalismo em periódicos⁶, era-lhe mais funcional, pelo formato que se disseminava mais rápido, a partir dos jornais para os quais contribuiu.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por finalidade estudar os escritos de José Martí, produzidos no ano de 1891, entendidos como distintas elaborações literárias, mas com cunho político central, voltadas para a constituição do constructo ideológico e prático necessários ao processo de preparação da independência cubana.

Os textos tomados enquanto fontes primárias são: “Nuestra América”, de 01 de janeiro; “Versos Sencillos”, publicado em outubro; e “Con todos y para el bien de todos”, discurso proclamado em 26 de novembro, em um contexto em que a guerra pela terra Pátria já rondava o horizonte. Embora, sejam produções de gêneros distintos, um artigo, um livro de poesia e um discurso, respectivamente, compartilham entre si a totalidade explícita da concepção de *literatura utilitária* (RETAMAR, 1983:59), ou seja, da elaboração intelectual martiana para a tarefa histórica a que se dedicou desde a juventude: a possibilidade de autodeterminação de sua pátria por seu povo.

Por fim, o trabalho em questão tem o intuito verificar quais são os ideários revolucionários e políticos de Martí, suas concepções ideológicas e críticas sobre o desenvolvimento histórico cubano, ao produzir os textos que serão aqui analisados.

³ “elevar o espírito do público com os feitos de cavaleiros e heróis, que se tornaram pessoas muito fora do real e de bom gosto” (MARTÍ, 1885, p. 2).

⁴ “Não é mais, nem é menos” (MARTÍ, 1885, p. 2).

⁵ As inovações técnicas postas em prática na produção editorial possibilitaram novas de barateamento e disseminação de livros, periódicos e folhetins, “[...] Una transformación editorial que no sólo consistió en la difusión de libros, sino también de la prensa, con el aumento de periódicos y revistas dotados de mayor rapidez y espontaneidad, a los que se aplicaron igualmente, y en muchas ocasiones de forma previa, las innovaciones” (MARTÍN Apud. SAMPAIO, 2013, p. 30).

⁶ Sobre a circulação de ideias e o uso de periódicos vinculados às correntes de pensamentos do século XIX: (SAMPALIO, 2013, p. 30-39).

JUSTIFICATIVA

José Martí, inspirou estudos, leituras e abordagens que partem dos mais variados enfoques como, análise sobre o nacionalismo⁷, influência política na revolução cubana de 1959⁸, sobre modernismo hispano-americano⁹, ou ainda sobre o anti-imperialismo em relação aos Estados Unidos¹⁰.

Ao analisar parte da sua produção intelectual, sob uma perspectiva totalizante, seja em formato de artigo, discurso, poesia, no ano de 1891 - momento crucial em que o autor se abdicaria de suas atividades como jornalista e cônsul e passaria a se dedicar integralmente à elaboração da luta revolucionária -, mesmo em gêneros textuais distintos, detecta-se que o liame de seus escritos segue a mesma direção, a da necessidade da elaboração política e ideológica para construir uma alternativa para a Nossa América.

Embora, haja estudos¹¹ que se dispuseram a analisar o texto de *Nuestra América* frente a produção martiana, no presente trabalho não nos propomos a esgotar ou fazer uma leitura original para o tema, mas analisar o conjunto de fontes de 1891, para ampliar a bibliografia acerca da temática e contribuir para o fomento da discussão teórica. O que implica buscar referenciais teórico metodológicos que nos respalde na análise de representações constantes em discursos, poesia, romance.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A literatura enquanto fonte tem sido objeto de debates ao longo do século XX, embora de forma mais abrangente, nos últimos anos desse século. Desde o debate acerca da função social da arte (e da literatura) nos idos de 1920,¹² inúmeros autores vêm discutindo as possibilidades, limites e transcodificações possíveis da literatura para o resgate da história. (FERREIRA, 2005).¹³

Para a presente pesquisa, discutir a função social da literatura martiana volta-se para a constituição da sua atuação política frente a realidade concreta em que viveu. Para

⁷ SILVA, 2013.

⁸ MONIZ BANDEIRA, 2009; NAVARRO, 2008.

⁹ RETAMAR, Roberto Fernandez. *Para una teoría de la literatura hispano-americana*. Santafé de Bogotá, Instituto Caro y Cuervo. 1º ed. 1995.

¹⁰ RODRIGUE, Pedro Pablo. *Martí e as duas Américas* / Pedro Pablo Rodriguez. Trad. Ana Corbisier – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹¹ SUBERCASEAUX, 2017; RETAMAR, 1983.

¹² Neste sentido, um dos marcos desse debate foi o Manifesto Surrealista foi publicado pelo escritor francês André Breton em 1924.

¹³ FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In. PINSKY, Carla et. Ali. (org). *Fontes históricas*. SP: Contexto, 2005. (a edição de 2008, mais utilizada, não contém este texto que, na primeira edição é introdutório).

isso, o presente trabalho se propõe, a entender as fontes escritas variadas enquanto formadoras da ação complexa do dirigente revolucionário, evitando fragmentar sua produção em âmbitos distintos desconexos. Embora, o recorte temporal do trabalho seja do ano de 1891, o enquadramento não é rígido a ponto de desconectar a produção intelectual de José Martí do resto de sua obra, a qual deve ser entendida de forma temporal, história, dialética e sem separações mecânicas entre fases de seu pensamento.

Adotaremos a categoria de ideologia¹⁴, posta na teoria marxiana¹⁵, e aprofundada pela leitura do filósofo húngaro Gyorgy Lukács (1885-1971), a fim de usar a análise imanente¹⁶, para constituir os apontamentos teórico-metodológicos. Na perspectiva de Lukacsiana, em sua “Ontologia do Ser social II”:

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade (LUKÁCS, 2013:592).

Ou seja, a ação do ser social em respostas ao meio regido pelos conflitos das condições socioeconômicas de produção material e cultural, as quais são históricas, pode gerar uma ideologia. A teoria torna-se ideologia após a intervenção do sujeito no real (Idem:596). Ademais, tanto o conteúdo quanto a forma, “*conserva dentro de si as marcas indelévels de sua gênese*” (Idem:593). Lukács crítica que a maioria dos autores usaram as elaborações postas como única determinação do fenômeno ideológico quando na

¹⁴ Para uma restituição histórico-linguística do conceito de ideologia: Palavra-Chave Ideologia In. WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade* / Raymond Williams; trad. Sandra Gardini Vasconcelos. – São Paulo: Boitempo, 2007, p. 212-217; Sobre os usos da categoria de ideologia: KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. – São Paulo: Companhia das letras, 2002; Sobre a relação entre ideologia e História e a não adoção da perspectiva da história das mentalidades: KONDER, 2002, p. 187-198.

¹⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

¹⁶ José Chasin, na introdução de “Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica”, chama a atenção para a definição da análise imanente enquanto análise categórica a fim de entificar a objetividade do texto em sua totalidade, a qual se forma a partir das suas “*imanescentes e múltiplas determinações ideais*”. Em suma, a análise imanente “*encara o texto - a formação ideal - em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam*”. (CHASIN, 2009, p. 25-26).

verdade correspondem apenas a uma parte. Há a necessidade da análise pautada pela totalidade¹⁷.

A questão principal é, por conseguinte, que o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral. Em síntese: o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes (LUKÁCS, 2013:601).

Entretanto, esse pressuposto/determinação só pode se transformar em “*motor da práxis quando os homens singulares vivenciam esses interesses como seus próprios e tentam impô-los no quadro das relações vitalmente importantes para eles com outras pessoas*” (LUKÁCS, 2013:601).

Os homens vivem, agem e escolhem, mas a influência ideológica não determina previamente suas ações, já que necessita de um base social para isso. A passagem da idealização à práxis não é imediata, por não ser primária em relação às manifestações do ser social, mas por entrar em contato a partir da estruturação social em que o ator social se insere. O conflito dialético entre a realidade concreta e suas formações ideológicas,

¹⁷ Para uma restituição filosófica da categoria de totalidade na obra de Gyorgy Lukács: “**Sujeito, objeto, totalidade**” In: FREDERICO, Celso. A arte no mundo dos homens – O itinerário de Lukács / Celso Frederico. – 1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 59-73. Vale destacar, que a noção de Totalidade desenvolvida como junção dos âmbitos subjetivo e objetivo na relação entre sujeito e objeto, a partir das influências kantiana e hegeliana em Lukács, dá lugar à concepção do homem como ser social frente e sua relação dialética com a história, com a adoção do viés marxista pelo autor. Em *História e consciência de classe*, há a incisão na formulação da Totalidade enquanto método dialético. Não obstante, a superação da junção da história real e da abstração idealizada, ainda presente na obra em questão, abre alas para a concepção da sociedade como totalidade complexa e da realidade como totalidade estruturada, presa a uma noção logicista da dialética (FREDERICO, 2013, p. 59-73). Por fim, a influência de Marx, leva Lukács à adequação da totalidade como expressão do movimento geral da sociedade, transfiguração teórica que tem sua estrutura basilar na *Ontologia do ser social* - com o enfoque na centralidade do trabalho -, concretizando a categoria de totalidade, enquanto “complexo estruturado que se desenvolve a partir das objetivações materiais e não matérias do ser social (Idem:88). Ponto que nos abre possibilidade de análise das expressões ideológicas do nosso objeto de estudo; Para a relação entre os pressupostos teórico-metodológicos entre totalidade e ideologia (a qual será desenvolvida adiante): “**Preliminares: Perspectiva teórico-metodológica para a análise da coleção**” In.: LOVATTO, Angélica. Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira. Tese de doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 33-48; Sobre a relação entre totalidade, economia política e a necessidade da concretude do método de análise: MARX, Karl. “**O método da Economia Política**”. In: Contribuição à crítica da Economia Política / Karl Marx; tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2 ed. – São Paulo: Expressão popular, 2008, p. 257-268. Aqui nos interessa o constructo teórico sobre como a partir do concreto se forma a representação do real, dentro da constituição histórica das categorias da formação social. Além, do caráter histórico posto, há uma relação dialética entre a totalidade e as categorias que a formam, de maneira que não se deve confundir a representação do objeto com o processo histórico que o constituiu, devido ao caráter ideológico da reprodução mental (LOVATTO, 2010 p. 34). Esse ponto nos mostra a necessidade da análise histórica de Cuba e suas relações externas para poder melhor compreender a gênese do pensamento martiano.

além da mediação ontológica do sujeito para com as diferentes concepções de mundo, é o que possibilita uma síntese que leva à intervenção do real. (LUKÁCS, 2013:601).

Para a recuperação das múltiplas conexões da sociabilidade, do complexo concreto, contemporâneas ao autor e que suscitaram suas proposituras e sua ideologia, presentes nas fontes, “Nuestra América”, “Versos Sencillos”, e “Con todos y para el bien de todos”, nos respaldamos em preceitos bakhtinianos, os quais mostram-se úteis, principalmente ao articular os conceitos de *Comunhão*, *Literatura* e *Heterodiscurso*, postos enquanto base para compreender e relacionar a produção literária poética em *Versos Singelos* com a produção de cunho político imediato, ainda que banhada por estética literária. Tomando como base o glossário¹⁸ de conceitos-chaves bakhtinianos de Paulo Bezerra, os três conceitos citados podem ser definidos da seguinte maneira:

Literatura ou ficção: conforme a concepção bakhtiniana, a literatura permite uma comunhão entre a percepção de realidade de quem escreve e a possibilidade de transposição do real por meio de uma base estética, logo, viabilizando um processo dialógico (BAKHTIN, 2015:247).

Comunhão: refere-se ao ato de criação do autor interligado com seu contexto social, ou ainda, a participação da concepção ontológica (do ser ou da realidade) dentro da criação que se expressa como/por meio do heterodiscurso, o qual possibilita abranger a realidade social ontológica como um todo (Idem:247). Ou ainda, nas definições do próprio elaborador:

Heterodiscurso ou diversidade de discursos: “Na terminologia bakhtiniana, heterodiscurso inclui: dialetos sociais, maneiras de grupos, jargões profissionais, as linguagens de gênero, das gerações e das faixas etárias, das tendências e dos partidos, as linguagens das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, dos dias sociopolíticos e até das horas. Em suma, trata-se de um heterodiscurso social que traduz a estratificação interna da língua e abrange a diversidade de todas as vozes socioculturais em sua dimensão histórico-antropológica, fecunda a linguagem da prosa romanesca através da dissonância individual de cada autor em relação ao conjunto do processo literário”. (Idem:247).

A noção de Representação¹⁹ aqui utilizada e sua relação com a literatura, foi adotada em consonância com o viés bakhtiniano, permitindo-nos pensar a interseção entre

¹⁸ BAKHTIN, 2015, p. 243-254.

¹⁹ Para um restituição histórico-linguística do conceito de Representação: Palavra-Chave Representativo In. WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade* / Raymond Williams; trad. Sandra Guardini Vasconcelos. – São Paulo: Boitempo, 2007, p. 353-356; Sobre o conceito de Representação e seus usos e relações pela História cultural vide: DOS SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos Santos. *Acerca do conceito de Representação*. Revista de Teoria da História da Universidade Federal

Literatura e História. Por conseguinte, a literatura advém de processo de produção que é histórico e dentre as várias estâncias dessa produção (caráter estético, representativo, ideológico) o seu resultado toma conexão com a História de forma dialógica, mas também dialética. A compreensão disso parte da necessidade de aplicação de um método de análise que retira do texto os reflexos e ressignificações do real, os quais estão inclusos em contextos socioculturais temporais, dinâmicos e complexos (BEZERRA In. BAKHTIN, 2017:82).

Além disso, o trabalho busca por objetivo traçar a concepção de Martí acerca do processo analítico e a maneira como ele articula suas reflexões com o contexto político do período, assim sendo, expressando suas compreensões sobre a realidade cubana, latino-americana e colonial, além de dar abertura para uma leitura de suas expressões literárias, dirigida pela indagação: qual a função social da escrita de Martí, dentro da especificidade do contexto cubano do final do Século XIX?

Ou seja, como a produção teórica martiana, e seus gêneros influenciaram e foi influenciada pelo contexto cubano? A resposta requer atenção para as formulações ideológicas, frente à realidade histórica colonial, e com isso a análise teórica do conceito de ideologia, a fim de ser usado como base metodológica.

Destarte, a escrita é o canal/meio que carrega em si o teor ideológico que põe as problemáticas em voga, ao atingir o leitor. Em Martí, a escrita de suas cartas, crônicas, artigos se deu como conscientização da realidade, ou seja, denúncia política. É essa a finalidade (forma de elaboração escrita que possibilita a denúncia política) que traduz a função social necessária para realidade sócio-histórica cubana, e latino-americana; que se reveste pela relação dialógica e dialética entre discurso e prática; que se constitui enquanto "*gênero utilitário por excelência*" (RETAMAR, 1983:58).

DEBATE HISTORIOGRÁFICO

A distinção das diversas leituras feitas sobre Martí e sua obra é essencial para entendermos as nuances, complexidades e embates da discussão teórica que ronda o tema.

de Goiás, 2011; Por fim, vale a ressalva sobre a adoção do conceito de Representação, no presente trabalho, se articula com a categoria de Ideologia, a partir do pressuposto de que a representação pela literatura se põe como expressão artística. Assim sendo, temos a arte como forma ideológica que se reproduz socialmente (FREDERICO, 2013, p. 135, 163-172).

Logo, seguimos com um breve levantamento historiográfico²⁰ de estudos que se ligam às fontes do presente projeto.

Apresentando um apanhado geral, temos estudos voltados a obra de Martí com enfoques distintos: na sua produção poética; na análise do texto “Nuestra América” e suas considerações sobre um projeto integrado latino-americano; nos âmbitos político e econômico de sua obra; no seu pensamento anticolonial; ou na sua escrita epistolar e discursos. Vale destacar, que a classificação por nós adotada é apenas para melhor exposição, já que muitos dos trabalhos referidos posteriormente se enquadram em mais de uma sessão, articulando inúmeros enfoques e conceitos.

No que se refere a análises da obra poética de martiana, (SANCHEZ, 1954) atenta para o conteúdo da função histórica do que Martí deixou escrito, na qual o literato e o revolucionário se confundem e a poesia se dá como expressão do sentimento de seus atos políticos. Aponta para a construção poética da Pátria como sinônimo de humanidade, da liberdade como universalidade democrática, não retida apenas ao âmbito idealizado, mas tida à relação dialética entre os contextos nacional e internacional, os quais conheceu exilado e atuando em vários países. Logo, a poeticidade martiana está baseada nas possibilidades de intervenção da realidade concreta, não com o olhar apenas na possibilidade de liberdade do devir, mas a atenção ao povo e a terra que formam o cotidiano, o qual sem esses não pode ser, mesmo que desvencilhado das amarras coloniais. (PISAN/NENEVÉ, 2016) analisando a expressão estética anticolonial dos *Versos Singelos* de Martí, apresentam-no como idealista, em que faz dos poemas morada da universalidade da sua concepção sobre o mundo, mas que reivindica uma estética que represente a realidade latino-americana. (PIRES, 2009), enfoca no teor nacionalista contido nos *Versos Singelos* e a concepção martiana de “homem natural”. A autora relaciona os ideais de liberdade e humanidade advindos da revolução francesa de 1789, com o fortalecimento do nacionalismo europeu na primeira metade do século XIX, como influências ideológicas de Martí, o qual entretanto, subverteu a centralidade da questão dando primazia à sua terra, à história e cultura latino-americana e suas raízes mestiças e ao povo como atores do repúdio à escravidão estrangeira. O ímpeto nacional, que se refletiu em seus poemas estaria no entendimento de Nação (Pátria para o contexto hispano-americano), como uma comunidade de membros – em que a atuação do “homem

²⁰ Para um aprofundamento: SANTOS, Maria Angélica Guidolin dos. “Fortuna crítica no Brasil”. In.: José Martí: um olhar cosmopolita em La Edad de Oro”. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 28-38.

natural” que aprendeu a clamar sua realidade sócio-histórica é vital - que possuem símbolos, crenças, modos de vida em comum e buscam decidir sobre o próprio destino²¹.

Visando uma análise sobre o projeto político de Martí em “Nuestra América”, (SILVA, 2013), restitui os conceitos de Nação e Pátria para mostrar o caráter duplo da formulação martiana, que carrega o conceito de Pátria de uma noção moral sobre o amor ao seu país, e o conceito de Nação de uma visão consciente sobre as mazelas do colonialismo e a necessidade de fundar a exploração nacional. Assim sendo, para fundar um projeto autônomo próprio Martí buscava a formação de um Estado Nacional cubano que tivesse condições de fazer uma revolução no nível latino-americano, em defesa ao imperialismo estadunidense. Em outra perspectiva sobre “Nuestra América”, (SUBERCASEAUX, 2017) tomando-o como texto literário, busca fazer uma distinção entre texto e discurso, questionando-se sobre as mudanças de gênero textual de “Nuestra América” sofreu pelos seus estudiosos, processo que acabou por descontextualizar a gênese do texto. Para o autor, a unidade do texto, com forte expressão literária, identitária, emocional e crítica, está carregada de discursos – anticolonial, antinacionalista, sobre o darwinismo social, crítico ao liberalismo e sobre a diversidade sociocultural – polissêmicos e dialógicos, além de possuir um caráter contraditório que possibilita várias interpretações. A partir disso, discorre sobre a relação escritor/leitor, por meio da semiótica e teoria da recepção, e as possibilidades subjetivas de leitura influenciadas pelo contexto, temporalidade e epistemologia de quem lê.

Nos escritos acerca dos âmbitos político e econômico, (NAVARRO, 2008), partindo do debate sobre conceito de “democracia revolucionária”, tida pelo autor como histórica, não estática e condizente com as especificidades sócio-históricas de uma época e local, disserta sobre o desenvolvimento do pensamento martiano enquanto portador de uma concepção democrático-revolucionária sobre a realidade dos países colonizados, travados pelo desenvolvimento das relações de produção capitalista, conformadoras do escravismo e colonialismo. Por conseguinte, esse pensamento não acabaria em na independência, mas buscava edificar bases sólidas revolucionárias da República do povo. Destarte, (SANTOS, 2012) buscou elencar as premissas ideológicas que fundamentaram o projeto nacional cubano, dando destaque as noções econômicas martiana nesse processo. Tem por hipótese que Martí ao observar as indiferenciação da esfera econômica, captou a especificidade da condição histórica latino-americana, projetando-a

²¹ PIRES, 2009, p. 55.

em seu projeto em Nuestra América, frente ao expansionismo estadunidense, e construiu uma noção econômica pautada pelos conceitos de “homem natural”, “autoctonia” e “equilíbrio do mundo”. Incluindo o âmbito religioso ao político, (ALTMANN, 2004) escreve sobre a formação política de Martí centrada no mundo colonial frente a dominação espanhola e estadunidense. Caracterizando o pensamento político martiano, como uma junção do "voluntarismo rousseauiano" e do "nacionalismo-revolucionário", para o autor, a teoria se fez prática em Martí. A adição da religiosidade vem para compor a ética e estética de suas proposições morais, nas quais religião e ética confluem para sua concepção de amor e liberdade, enquanto força para uma ação transformadora da realidade.

Nos textos que discutem o caráter anticolonial do pensamento martiano, (LUZ, 2018) trata da obra de Martí como essencial para pensar a realidade latino-americana, principalmente no que se liga a questão da educação e da constituição de um governo autônomo (para lidar com as exigências e necessidades locais), e como seu pensamento se firma como fonte para a luta contra o neocolonialismo capitalista. Por outro lado, (SILVA; PAIVA, 2018) fazem uma leitura da obra de Martí por uma perspectiva pós-colonial, a fim de ressaltar o pensamento político martiano enquanto resistência ao aparato eurocêntrico colonizador físico e simbólico. Ademais, se dá como inconformismo sobre a realidade colonial violenta que relega as camadas subalternas ao silêncio e a negação de si. Nesse ponto a obra de Martí é uma fonte essencial para pensar a descolonização do pensamento e refletir sobre os contextos sociais latino-americanos.

Dentre a vasta produção de José Martí, a escrita de cartas e produção de discursos também foram analisadas. Ao dissertar sobre a escrita epistolar do cubano, (SAMPAIO, 2013), ressalta o papel das experiências íntimas de Martí, as quais estão intrinsecamente ligadas as suas experiências históricas, sociais, e ao desenvolvimento de suas ideias políticas. Logo, “*o peso vivencial na formação das ideias políticas de Martí dá o tom de sua escrita*” (SAMPAIO, 2013:105). Além das cartas, o discurso martiano também foi abordado em (SARRACINO, 2008) que partindo de “*Con todos y para el bien de todos*”, tece linhas sobre os aspectos da unidade e internacionalismo hispano-americano contidos no modelo estratégico martiano para a estruturação da revolução cubana. De modo que, passando pela reflexão de uma ética do direito internacional na constituição de uma sociedade de Estados, constituiu a sua constatação estratégica de que a vitória da

independência cubana, só se firmaria com a unidade da América hispânica frente a expansão imperialista estadunidense.

Por fim, destacamos os usos que se fizeram da obra martiana, a partir do binômio Nacionalismo/Internacionalismo e nas leituras que adequaram Martí ao liberalismo ou marxismo. Aline de Souza²², destaca dois momentos básicos na interpretação de Martí, tendo a Revolução Cubana, de 1959, como marco divisório, já que antes os estudos estariam voltados a um Martí liberal, moderado, tido como mártir nacional, mas esvaziado de seu cunho político e tendo por enfoque sua produção poética e literária. Não obstante, a produção pós-1959 passaria a resgatar um Martí com forte teor político, de aspecto revolucionário, inspirado pela luta anti-imperialista.

Acerca do embate entre nacionalismo/internacionalismo, Souza alerta que os textos que descontextualizaram as elaborações martianas da realidade independentista em que estava inserido acabaram por fazer “[...] de Martí um idealista universalista, ao passo que atrofia o pensamento de Martí quanto à questão nacional [...]” (SOUZA, 2007:38). Fazemos um adendo ao não antagonismo presente nas concepções de nacionalismo e internacionalismo, mas ressaltamos o caráter dialético²³ que as duas concepções tomam na obra martiana, confluindo não para uma teorização em abstrato, mas no seu olhar sobre a realidade concreta cubana e nas elaborações políticas sobre a Nuestra América.

Os textos citados anteriormente confluem para a construção martiana da noção de anti-imperialismo, em relação aos Estados Unidos, e nacionalismo/internacionalismo, no que refere à Nuestra América. Logo, a partes a seguir tem o intuito de historicizar a expressão desses conceitos e indicar o seu conjunto nas fontes.

DE MONROE À PLATT: O EXPANSIONISMO ESTADUNIDENSE E CUBA

O processo de expansão territorial estadunidense, ou seja, a obtenção de áreas estratégicas de recursos naturais e para o crescimento econômico, é datado desde o início do século XIX. A aquisição da Louisiana (1803), a disputa pela Flórida (1819), a querela contra o México (1848), aumentaram exponencialmente o território das colônias do

²² SOUZA, Aline de. O uno e o diverso: construção nacional e incorporação indígena no pensamento de José Martí. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007, p. 35-50.

²³ “Entrementes, Martí vislumbrava a formação de um Estado nacional cubano, como forma de legitimar a revolução no contexto internacional, garantir a efetiva independência e conter o avanço imperialista do vizinho do Norte” (SILVA, 2013, p. 79-80).

Norte²⁴. Novas possessões possibilitavam o aumento do cultivo de tabaco, algodão e açúcar (MONIZ BANDEIRA, 2009:50).

Os interesses dos Estados Unidos sobre a península da Flórida evidenciam o início de tensão com a Espanha que perduraria até a guerra hispano-americana de 1898. John Quincy Adams (1767-1848), enquanto secretário de Estado estadunidense, além de elaborar o tratado de aquisição sobre a Flórida, foi responsável pela composição da Doutrina Monroe, em 1823, a fim de garantir a hegemonia do Norte sobre o resto do continente americano²⁵. Cuba não ficaria de fora, havendo articulação dos interesses da elite escravocrata interna cubana com os diplomatas estadunidenses²⁶. A convergência dos interesses externos imperialistas com os das classes dominantes internas, subjugou à miséria a maior parte da população, em uma relação hierarquizada em que as classes dominantes coloniais eram regidas pela hegemonia das classes dominantes dos países colonizadores (GALEANO, 2018:19).

A doutrina Monroe, em referência ao então presidente James Monroe, de 23 de dezembro de 1823, se constituiu enquanto constructo ideológico para expressão dos interesses políticos, militares e econômicos estadunidenses impostos à América²⁷. De seus pressupostos imediatos houve o bloqueio do enraizamento inglês nas colônias do hemisfério norte e caribe, ou seja do monopólio econômico britânico. (MONIZ BANDEIRA, 2009:53). Destarte, foi a confirmação prática construída ao mito do Destino Manifesto²⁸, o que se confluiu com a noção dos países latino-americanos enquanto

²⁴ Sobre a incorporação da Louisiana e da Flórida, vide: A resolução de Não Transferência de 1811. In: FARIAS, Flávio José de Moura. A dimensão estratégica da política externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904). Dissertação de mestrado; Programa de pós-graduação em Relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, p. 13-31.

²⁵ Segundo Flávio José de Moura Farias em sua dissertação sobre a dimensão estratégica estadunidense na virada do século XIX para o XX, a construção da hegemonia econômico-política vinha sido testada desde antes a doutrina Monroe de 1823. As tentativas de negociação com a França para a aquisição de seus territórios no continente americano foram com o intuito de tentar barrar qualquer possibilidade de fortalecimento francês ou britânico, caso voltassem suas atenções para a América. Logo, era tido como questão de segurança nacional barrar qualquer transferência de colônias americanas para as potências europeias (FARIAS, 2008, p. 13-31).

²⁶ Seu objetivo (dos proprietários de escravos cubanos) consistia em preservar, por meio da anexação aos Estados Unidos, o modo de produção, baseado na escravatura, contra as pressões que a Grã-Bretanha fazia sobre a Espanha para o abolir (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 51-52).

²⁷ Como indica Luis Fernando Ayerbe, a política externa estadunidense era marcada pelo seu caráter isolacionista em relação ao cabo de guerra entre as potências europeias. O isolacionismo tornou-se expansionista a fim de manter o continente americano sobre sua influência em oposição a qualquer interferência europeia (AYERBE, 2004, p. 41).

²⁸ Segundo Moniz Bandeira, o ideal do *Destino Manifesto* se caracterizaria pela expansão de fronteiras até do Atlântico ao Pacífico, sobrepondo grande parte do território mexicano e estendendo sua influência pelas ilhas caribenhas (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 54).

repúblicas fragilizadas sem as possibilidades de defesa que a “civilização” estadunidense dispunha²⁹.

Ademais, o princípio de não transferência funcionou como orientação para a política externa dos Estados Unidos, com sua noção de impedimento de que outra potência europeia tomasse o controle das colônias da América hispânica, e foi seguido pela Doutrina Monroe, na qual daria respostas aos processos independentistas das colônias espanholas, buscando consolidar sua influência política³⁰ e econômica (FARIAS, 2008:40).

No que se refere à divisão internacional do trabalho de meados do século XIX, o papel dos Estados Unidos começava se transfigurar de país exportador de matérias-primas, para país exportador de manufaturas. O domínio do mercado latino-americano se dava como ponto estratégico para enfraquecer economicamente a Inglaterra, França e Alemanha, dentro dos auspícios do que Lênin caracterizou como capitalismo de livre-concorrência³¹.

A confluência do desenvolvimento estadunidense, enquanto potência central do capitalismo, e Cuba se dava pela relação desigual entre as produções de cada país. A ilha exportava açúcar e importava produtos industriais diversos, negociata que beneficiava os fazendeiros cubanos, defensores da continuidade da escravidão colonial – ameaçada pela pressão que a Espanha vinha sofrendo da Inglaterra - e da sua absorção pelos vizinhos do Norte – a fim de manterem o trabalho escravo. [...] *A independência de Cuba significava, por conseguinte, separá-la da Espanha para anexá-la aos Estados Unidos [...]* (MONIZ BANDEIRA, 2009:54).

Destarte, a entrada estadunidense na guerra de 1898 foi apenas síntese de uma tensão que já se estendia por décadas, e que em meados de 1840 passava a sofrer com os interesses das frações dominantes do sul escravista, que na impossibilidade de expandirem suas plantações para o Norte, viam em Cuba, seja pelo vigor da escravidão, seja pelo clima propício, um continuação para sua espoliação. De forma sintomática, na década de 1850, o tratamento em relação à Cuba passava de problemática da política

²⁹ AYERBE, 2004, p. 41.

³⁰ Embora tivesse como premissa discursiva a não interferência em assuntos europeus (traço do isolacionismo estadunidense) e a não colonização das colônias espanholas, esse segundo ponto acabou tornando-se contraditório frente ao expansionismo dos Estados Unidos, mesmo que com domínio indireto sobre o formato de protetorado sobre o Caribe (FARIAS, 2008, p. 42-43).

³¹ LÊNIN, 2012, p. 44.

externa para problemática da política interna, ao intensificar o embate entre escravistas e abolicionistas (MONIZ BANDEIRA, 2009:56).

A irreduzibilidade do antagonismo Norte-Sul, dada pela não conciliação entre os projetos políticos legitimadores dos respectivos modos de produção, assalariado-industrial e escravista, teve seu ápice na Guerra civil, qual perdurou de 1861 a 1865. Para Moniz Bandeira³², a querela possibilitou o desentrelaçamento das forças produtivas da economia industrial emergente estadunidense, por meio da proteção do mercado interno e do aprofundamento do país no sistema econômico mundial, o qual se encaminhava para seu estágio imperialista³³. Esse modo monopolista da organização econômica sob o formato de carteis, dado a partir da crise de 1873 e o processo subsequente de concentração e centralização de capital, deram mais chances a disseminação do domínio estadunidense sobre os mercados vizinhos, a fim de escoar a produção, e se constituindo como a expressão organizacional da ideologia Monroe sobre a América Latina³⁴

O território de influência dos Estados Unidos já estava delimitado para toda a América, ainda restava eliminar as possessões espanholas no Caribe. Se na Guerra dos Dez anos (1868-1878), tentativa de desvinculação cubana em relação à Espanha, a conjuntura política estadunidense ainda não estava favorável a ponto de intervir militarmente, devido ao término recente de sua Guerra Civil; Na guerra de Independência de (1995-1998), os EUA já tinham estabilidade para tomar a dianteira da situação em prol de seus interesses³⁵. A tomada militar, se pautava no controle econômico sobre a ilha e a produção do açúcar, aumentando a relação de dependência³⁶ entre produtor e comprador.

Os capitalistas norte-americanos já controlavam o comércio de exportação de Cuba por meio de um trust, a American Sugar Refining Co., que Henry O. Havemeyer formara, em 1887, com a fusão de 19 pequenas refinarias, passando a monopolizar a compra do açúcar bruto e até 98% do produto refinado consumido no mercado norte-americano. (MONIZ BANDEIRA, 2009:66)³⁷.

³² Idem, p. 61-62.

³³ Sobre a passagem da livre-concorrência aos monopólios, vide: Lênin, V. I. "A concentração de produção e os monopólios". In: LÊNIN, Vladimir Illitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio popular / V. I. Lênin, - 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 37-54.

³⁴ MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 61-62.

³⁵ Idem, p. 66.

³⁶ "[...] O açúcar converteu-se na chave mestra do domínio de Cuba pelos Estados Unidos, ao preço da monocultura e do implacável empobrecimento do solo" (GALEANO, 2018, p. 93).

³⁷ E os dados continuam: "Em 1892, enquanto a Espanha comprava apenas 328.521 sacas de açúcar bruto de Cuba, os Estados Unidos importavam quase quatro vezes mais, ou seja, 1.154.194 sacas". (MONIZ BANDEIRA, 2009, p 67).

A absorção de uma quantidade imensa do açúcar cubano, a desvantagem das negociações espanholas na América, e a crise de 1893, fomentaram as tendências anexionistas das elites dominantes de Cuba e dos Estados Unidos³⁸. A luta de Ruptura do Partido Revolucionário Cubano, fundado por Martí, tinha outros objetivos com a edificação de um país com direito de autodeterminação, em contrapartida ao ideal de absorção cubana pelos vizinhos, ou de declaração da ilha enquanto província ultramarina espanhola³⁹.

A regulação econômica das commodities produzidas na ilha se põe como ponto relevante, mas não único, já que o âmbito estratégico⁴⁰ de domínio do golfo do México, sedimentaria os Estados Unidos enquanto potência hegemônica imperialista na região⁴¹.

O encaminhamento do conflito com o tratado de paz entre EUA e Espanha, assinado em Paris, em dezembro de 1898, é indicativo da relação com os independentistas cubanos, então deixados de lado no tratar da questão sobre os rumos de Cuba. Maria Ligia Prado atenta para a relação que se estabelece entre os interesses vindos das Potências externas com interesses internos cubanos. (PRADO, 1985:51). Inúmeros tratados exemplificam o interesse expansionista estadunidense para além da tentativa de justificação retórica como, exemplifica a seguinte citação:

[...] durante o século XIX, nos Estados Unidos expansionistas, uma corrente advogava, em nome do “Destino Manifesto”, a absorção de Cuba pelos Estados Unidos. Consideravam que os Estados Unidos tinham o “direito” de ter Cuba sob seu domínio; em 1859, o expansionista Seward, defendendo a ideia de que Cuba devia ser anexada aos Estados Unidos, afirmava, no Congresso que “cada pedra e cada grão de areia dessa ilha foram arrastados do solo americano pelo fluxo do Mississippi e dos restantes estuários que desembocavam no Golfo do México (Idem:53).

Os tratados, para além do Tratado de Paris⁴², o qual decretou fim à guerra hispano-americana de 1898, aumentaram a influência direta estadunidense sobre as ilhas

³⁸ Sobre a repercussão da questão cubana na imprensa e no Congresso dos Estados Unidos e a pressão sobre William McKinley (1843-1901) para a declaração de guerra contra a Espanha, vide: “O primeiro grande triunfo” In.: (FARIAS, 2008, p. 49-59).

³⁹ MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 68.

⁴⁰ Idem, p. 70.

⁴¹ Farias indica que a construção da influência estadunidense sobre o continente, a qual passava pelo controle marítimo e estratégico do Caribe, e culminaria na Doutrina Monroe teve como um dos pontos centrais a questão do domínio de Cuba e a posição favorecida que a ilha dispunha para o controle da Flórida e do Vale do Mississippi (FARIAS, 2008, p. 37).

⁴² Nas negociações que levariam ao tratado, o presidente McKinley ressalta ao embaixador francês, Jules Cambon, que não confiava nos cubanos e que Cuba deveria passar ao controle direto dos Estados Unidos (FARIAS, 2008, p. 67).

caribenhas como Porto Rico, e assegurando o controle sobre Cuba, a partir da Emenda Platt na Constituição cubana de 1901, a qual tornava os Estados Unidos Interventor legal nos assuntos internos Cubanos⁴³; além disso, temos o tratado de Reciprocidade, que garantiu tarifas de exportação de mercadorias vantajosas para os Estados Unidos, em contraposição aos produtos alemães; E, no âmbito militar, o Tratado de Arrendamento de Bases Navais⁴⁴ e Militares, de 1903, que ratificava a ocupação militar dos Yanques na Ilha⁴⁵ (PRADO, 1985:53-55).

REALIDADE PERIFÉRICA, DEPENDENTE E COLONIAL

A ideia de recusa à subordinação do ser social latino-americano, e de sua identidade sócio-histórica, é um dos pontos presentes em “Nossa América” de Martí, por meio da defesa contra as formas estrangeiras de dominação. Neste ponto, são cruciais as formulações críticas de Martí acerca da “América Europeia”, representada pelos Estados Unidos e sua política externa imperialista, estruturadas inicialmente a partir da doutrina Monroe, em 1823. Logo, é preciso entender os indicativos sobre a recusa à insubordinação, o que traz à tona o debate sobre o colonialismo, imperialismo e dependência na constituição periférica da América Latina dentro da divisão internacional do trabalho.

Roberto Fernandez Retamar, referenciando-se na obra leniniana, “Imperialismo: Fase superior do Capitalismo”, parte da diferenciação entre países colonizadores e colônias para analisar Martí enquanto “*porta voz de um país abertamente colonial e de*

⁴³ A Emenda Platt tinha o intuito de pressionar a anexação voluntária de Cuba aos Estados Unidos, por meio da quebra de soberania ao proibir negociais e tratados com outros países, garantia de interferência legal e poder fazer mudanças territoriais de compra e venda de terra, em sua maioria confluyente com os interesses de fixação de bases navais e depósitos de carvão como, por exemplo, na baía de Guantánamo. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 71-72); Essas medidas seriam essenciais para o desenvolvimento expressivo da marinha estadunidense, já que aumentaria a o tempo de operações navais com as possibilidades de abastecimento e reparo na ilha. Ademais, a emenda seguia o princípio de Não-transferência, da influência político-econômica, sobre cuba, para as potências europeias. (FARIAS, 2008, p. 105-110).

⁴⁴ Os interesses dos Estados Unidos sobre o Caribe, e a garantia da hegemonia regional, a partir da fixação de bases marítimas e sua estratégia geopolítica transcrita em sua política externa estava posta desde os primeiros decênios do século XIX. As possibilidades de construção de um canal para potencializar o comercio atlântico, tinham como um dos pontos cruciais o domínio de Cuba, seja pela localização próximas as rotas comerciais do Norte, seja pela ligação que fazia com o resto do Caribe e América Central (FARIAS, 2008, p. 89-102).

⁴⁵ Sobre a expansão naval estadunidense e o canal do Panamá: (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 73-75); O mandato do presidente estadunidense Theodore Roosevelt foi voltado para estabelecimento da hegemonia marítima sobre o Caribe enquanto área geopolítica fundamental da política externa do seu país (AYERBE, 2004, p. 44).

*um subcontinente em estado de dependência*⁴⁶”. Assim sendo, a obra martiana assume sua densidade pelo fato de estar ciente dessa condição histórica, atuando em frentes diversas a fim de suprir a escassez da condição colonial, porém, sem perder de vista a tarefa política da libertação nacional das imposições imperialistas.

[...] A intervenção norte-americana na guerra hispano-cubana, em 1898, inaugura um novo período na história. Pela primeira vez, antes da atual Revolução, Cuba aparece aos olhos do mundo como ponto essencial: sobre sua terra começa a aventura do imperialismo moderno [...]. (RETAMAR, 1983:36).

Adentrando na referida obra de Lênin, no prefácio às edições francesa e alemã de 1921, o autor já alerta para transfiguração de um sistema de subjugação colonial em que a imensa maioria da população padece, e em que poucos países repartem o espólio, fator intensificado a partir da guerra hispano-americana. O imperialismo se instituíra. No que se refere à elucidação da estrutura basilar do funcionamento dessa nova fase do Capital, a perspectiva leninista, atribui por características: o processo de concentração da produção do Capital, a centralização monopolista e a expansão globalizada por meio da exportação de Capital e sua transfiguração em Capital financeiro, ou seja, a fusão dos capitais bancário e industrial, criando uma rede internacional de dependências econômicas⁴⁷.

Pensar formas de insubordinação colonial traz em si a reflexão sobre a questão nacional, portanto, sendo necessário abordar as relações entre a questão nacional e o desenvolvimento capitalista dependente. Em tese sobre a questão nacional no pensamento crítico latino-americano⁴⁸, Olívia Carolino Pires, aponta que o processo histórico latino-americano teria por contradição o desenvolvimento capitalista interno, entre 1815-1945, e a dominação externa⁴⁹. Partindo de Florestan Fernandes⁵⁰, a autora disserta sobre como

⁴⁶ RETAMAR, 1983, p. 30.

⁴⁷ “Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política econômica do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias -, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática. Nós já nos referimos a uma dessas formas anteriormente, a semicolônia” (LÊNIN, 2012, p. 119).

⁴⁸ Tese de doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “A questão nacional no pensamento crítico na América Latina”, de 2015.

⁴⁹ PIRES, 2015, p. 133.

⁵⁰ Pires articula *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968) e *Padrões de dominação externa na América Latina* (1973), para estabelecer o constructo teórico de

as independências funcionariam como troca do pacto colonial pela formação de um Estado Nacional, não obstante sem que os países tivessem condições mínimas para estabelecer uma “Nação”.

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda (FERNANDES, 2009:34 Apud. PIRES, 2015:138).

A América Latina, em meio as disputas e contradições de classes, não consegue sedimentar forças sociais para a superação do aspecto permanente da crise capitalista, sem colapsar, diferentemente dos países europeus e sua capacidade de absorção das tensões sociais transfiguradas como asseguradoras da estabilidade do Capital. Logo, a diferença da América Latina da Europa, não é a composição de classes, mas a entificação histórica do capitalismo enquanto força social (PIRES, 2015:139-140).

A dinâmica da especialização em um sistema em que alguns países ganham, ou seja, lucram, enquanto outros estão relegados à perda, de suas riquezas, da soberania nacional, *do direito a se chamar americanos*, da autonomia para escolher o que plantar, foi indicada posteriormente na Introdução de “As veias abertas da América Latina”, por Eduardo Galeano. Para o autor a acumulação ocorre em centros distantes, ou seja, países centrais do capitalismo⁵¹, de onde surge a produção, a qual é pré-determinada como parte do capitalismo, além da estrutura de classes que atua em prol dos países centrais. A dependência (a determinação sobre a função da produção local⁵²) se põe em dois elos principais para a América Latina, seja com a metrópole estrangeira ou com os vizinhos maiores. (GALEANO, 2018:18). Não há aqui a adoção do binômio de progresso de uma civilização em oposição ao atraso de outro, mas a constatação de que alguns se desenvolveram à custa de outros numa relação de exploração colonial.

Florestan Fernandes, ao pensar a parte de sua obra referente ao *Desenvolvimento capitalista dependente e imperialismo* (PIRES, 2015, p. 133-149).

⁵¹ Aqui entendidos enquanto países com maior desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, os países mais industrializados.

⁵² “[...] Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los” (GALEANO, 2018, p. 17).

A acentuação da exploração constituiu um processo que Andre Gunder Frank descreveu tendo em voga a problemática do subdesenvolvimento. “*El actual subdesarrollo de América Latina es el resultado de su participación secular em el proceso del desarrollo capitalista mundial*” (FRANK, 1973:24). Assim sendo, temos a noção de que o subdesenvolvimento da América Latina se deu a partir do subdesenvolvimento da estrutura colonial do desenvolvimento capitalista mundial, ou seja, como produto histórico das relações econômicas desiguais internacionais⁵³. Nessa formulação, há uma rejeição às ideias⁵⁴ de desenvolvimentismo, dualismo econômico, ou ainda a importação de modelos históricos que veem o feudalismo nos países latino-americanos, pois a categoria de subdesenvolvimento não corresponde ao pouco desenvolvimento ou seu atraso.

Debemos, concluir, en resumen, que el subdesarrollo no es consecuencia de la supervivencia de instituciones arcaicas o de la falta de capital en las regiones que se han mantenido aisladas del torrente de la historia del mundo. Por, el contrario, el subdesarrollo ha sido y es aún generado el mismo proceso histórico que genera también el desarrollo económico; el desarrollo del propio capitalismo (FRANK, 1973, Pg. 26).

A elaboração de Gunder Frank serviu como base tanto para as formulações de Galeano sobre a determinação da produção colonial e da miséria latino-americana, quanto para Ruy Mauro Marini em sua formulação sobre a integração latino-americana ao mercado internacional enquanto reprodução da dependência econômica. Consequentemente, configura-se uma nova divisão internacional do trabalho, ou ainda, a dependência:

Entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, Pg. 109).

⁵³ “[...] Essa ordem, por sua vez, condiciona e regula os dinamismos de funcionamento e de evolução da sociedade de classes que engendra, vinculando-a, de modo permanente, a padrões dependentes de desenvolvimento capitalista e a estados crônicos de subdesenvolvimento” (PIRES, 2015, p. 142).

⁵⁴ Segundo Maria de Castilho Costa, os vieses desenvolvimentista e dualista compartilham a noção de desenvolvimento enquanto estágio evolutivo a ser alcançado pelas sociedades. Enquanto a primeira corrente foca nos “*diferentes estágios de crescimento dentro de um processo contínuo rumo ao desenvolvimento capitalista industrial*”; a segunda corrente tem seu enfoque na dualidade entre progresso e atraso, rumando “gradativamente ao desenvolvimento” (COSTA, 1987, p. 134-135). Andre Gunder Frank mantém uma análise dialética da totalidade, em superação a noção de que os países subdesenvolvidos estão em etapas primitivas do desenvolvimento dos países capitalistas industrializados. Para mais de sua concepção ver os artigos “Destruir el capitalismo, no el feudalismo” e “Sociedad dialéctica, no dual”. In.: América Latina: Subdesarrollo o revolución, 1973.

Segundo Marini, as relações mercantis atreladas a esse processo de expansão e reprodução do capital mostram-se hierarquizadas pela divisão internacional do trabalho, o que em outras palavras se configura como intercâmbio desigual (em que os preços de produção são desequilibrados, já que a produtividade não é igual) que culmina na transferência de valor⁵⁵, ou seja de mais valor, da periferia para o centro, ou ainda, dos desfavorecidos pelas relações de mercado para os favorecidos (MARINI, 2011, p. 140).

Retornando a exportação da América Latina, a sua produção de alimentos funciona como redutora do valor dos bens de subsistência e reprodução da força de trabalho do proletariado nos países centrais⁵⁶. A industrialização e exportação de capitais do estágio do imperialismo passaria a confluir com a rapina colonial.

CAMINHOS DE NUESTRA AMÉRICA

No que se refere ao conjunto das fontes na expressão política martiana, a abertura de *Nuestra América* já põe em voga a preocupação com os países do *aldeão vaidoso que crê que o mundo é sua aldeia*⁵⁷. A imposição colonialista espanhola e a emergência do imperialismo estadunidense atinham Martí para a necessidade de não se deixar passar o gigante de sete léguas⁵⁸.

Entretanto, indica que antes de se proteger dos gigantes estrangeiros é preciso ter um olhar atento à própria terra, a qual tem seu passado indígena. Para Martí, a renúncia desse passado é a renúncia à Pátria ao passo que fortalece o trabalho de Washington. Aqui podemos notar, a construção simbólica em torno da noção de Pátria, ponto que será essencial para caracterizar o nacionalismo martiano.

Estes nascidos na América que se envergonham da mãe que os criou porque levam avental índio e renegam, infames, a mãe doente, e a deixam sozinha no leito das enfermidades (MARTÍ, 2011:14).

⁵⁵ Para um aprofundamento das relações desiguais hierarquizadas na América Latina: MARINI, A superexploração do trabalho In: Dialética da dependência (MARINI, 2011, p. 147-154); Sobre o conceito de Mais-valor usado na noção de superexploração da força de trabalho: O *Mais trabalho*, em que o tempo e o valor da venda da força de trabalho são absorvidos pelo capitalista, logo, constituindo o que se chama de mais valor: “O mais valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; ao mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (MARX, 2017, p.. 485).

⁵⁶ MARINI, 2011, p. 143-144.

⁵⁷ MARTÍ, 2011, p. 11.

⁵⁸ Idem, p. 13.

A edificação deste sentimento faz parte da proposição moral que está contida na obra de Martí, a qual é complementar para a sua ação política, que requer clareza e orgulho *das nossas repúblicas dolorosas da América*⁵⁹. A necessidade pertencimento à terra, de pertencimento nacional abre os seus *Versos Singelos* com o primeiro poema:

Venho de todas as partes;
Para todas partes vou:
Arte sou entre as artes,
Nas montanhas, monte sou (MARTÍ, 1997:41).

Há nele a profundidade do canto à terra e a clareza do povo que nela vive:

Oculto no peito bravo
Vasta dor que me percorre:
Um filho de povo escravo
Vive por ele, cala, morre (Idem:45).

Ou ainda, na abertura de seu discurso “Con todos y para el bien de todos”:

Para cuba que sofre, la primeira palabra. De altar se ha tomar a cuba,
para ofrendarle nuestra vida, y no de pedestal, para levantarnos sobre
ella. (Martí, 2003).

Por conseguinte, em Martí o reconhecimento de seu povo leva-o a pensar a forma de governo. Assim sendo, para os que negam esse teor das repúblicas americanas é porque não conseguem pensá-las sem transpor modelos singulares e violentos, herdados da “Liberdade” dos Estados Unidos, manchados pelo sangue indígena e da monarquia francesa. Antes disso, é preciso um rumo que se ajuste a cada país, não a fim de guiar os povos originários, mas reconhecendo-os como integrantes ativos e compartilhando governo. “*Deve-se atender ao que existe, para governar bem*” (MARTÍ, 2011:17). Não é preciso reproduzir os modelos externos, mas criar métodos e instituições próprias, compatíveis com aquela natureza e com seus habitantes.

O governo tem que nascer do país. O espírito do governo tem que ser o do país. A forma do governo tem que se ajustar à constituição própria do país. O governo não é mais do que o equilíbrio dos elementos naturais do país” (Idem:17).

⁵⁹ Idem, p. 15.

A relação que ideológica martiana vai pondo o liame nacional, encoberto por sua simbologia ética (a qual deve se pautar na história⁶⁰ indígena e colonial da Nuestra América), ao ponto que elenca, em segundo plano, as imposições e formas dominação externa:

Busca o bispo de Espanha
Pilares para o seu altar;
No meu templo, na montanha,
O álamo é o pilar! (MARTÍ, 1997:51).

Em outro ponto, o conhecer a realidade próxima é fundamental dentro do pensamento martiano, já que evita equívoco e estabelece respeito, pois não atribui conceitos pré-determinados de inferioridade só pelo outro não ser da mesma terra, ou possuir uma língua ou sistema político diferente, o qual, aliás, apresenta imperfeições como o seu também possuía. A alteridade é latente.

Torna-se necessário o “*estudo oportuno e a união tácita e urgente da alma continental*”⁶¹ (MARTÍ, 2011:46), pois Martí reconhece elementos em comum de uma América erguida pelo trabalho de seu povo.

Martí faz uma contraposição entre do “homem natural”, que reconhece seu meio e baseia sua prática na experiência diária, ao “letrado artificial”. “*Não há batalha entre a civilização e a barbárie, mas entre a falta de erudição e a natureza*”. (MARTÍ, 2011:18). A contestação martiana se dá a partir da não submissão do homem natural, que teria seus saberes e elementos naturais ignorados e hierarquizados pelas “Artes e Letras”. Martí ressalta o conhecimento do povo, o qual é constituído de criollos e índios. Para Martí, embora a América tivesse estabelecendo um período de estabilidade em algumas repúblicas, ainda assim, corre o risco ao abrir suas portas ao estrangeiro que de origem distinta não reconhece seus costumes e cultura, além de buscar sobrepor seus interesses

⁶⁰ “Como hão de sair das universidades os governantes, se não há universidade na América onde se ensine o rudimentar da arte do governo, que é a análise dos elementos peculiares dos povos da América?” (MARTÍ, 2011, p. 19).

⁶¹ Aqui se dá um dos pontos de confluência do pensamento martiano com o bolivariano. Em “La Edad de oro”, revista infantil ilustrada de 1889, Martí já retratara a figura de Bolívar ao buscar contar uma história “vista com olhos descolonizados” sobre lá pátria hispano-americana e seus heróis” (RETAMAR, 1983:21). Não obstante, mesmo que não se refira diretamente à Bolívar em Nossa América, a sua referência ao general e seus ideais é incontornável, pelo peso histórico que suas ações e escritos assumiram para o continente. Pensar a América latina livre sem se apropriar do legado, mesmo com diferenças claras, não seria possível, para o autor cubano com seu senso de pertencimento e historicidade. A união deve se dar no reconhecimento político e cultural do próximo, ou seja, pela formação de uma “alma continental”. A unidade política de Bolívar posta em sua Carta da Jamaica, embora voltado à Nuestra América, tinha visões estratégicas distintas de Martí.

econômicos, a partir da força. Ademais o fomento do binômio civilização-barbárie, abria caminhos ao ódio de raças⁶². “*Não há ódio de raças, porque não há raças*”. “*Os pensadores pequenos introduzem e requentam as raças de livraria [...]*” (MARTÍ, 2011:33).

Esperamos ter demonstrado, ainda que brevemente, alguns dos pontos indicativos que constituem o pensamento martiano e sua função histórica. De qualquer forma, torna irrevogável a necessidade do aprofundamento em mestrado.

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

Além dos objetivos já especificados, propomos neste plano de trabalho o indicativo das respectivas partes a serem aprofundadas durante o mestrado:

1. Contextualização histórica cubana e a inserção de Martí nesse contexto;
2. Análises críticas sobre o Colonialismo, Dependência e Imperialismo na América-latina;
3. Debate historiográfica acerca da obra “*Nuestra América*”, ressaltando os liames do nacionalismo e anti-imperialismo em sua composição;
4. Análise dos “*Versos Sencillos*” e a dialogia entre os âmbitos político e estético;
5. Aprofundamento do ideal político e da concepção sobre a realidade concreta de Martí em seu discurso “*Con todos y para el bien de todos*”;
6. Confluências sobre os escritos martianos analisados e reflexão sobre a função social da literatura utilitária martiana.

ATIVIDADES	1º/2021	2º/2021	3º/2022	4º/2022
Créditos obrigatórios em disciplinas	x	x		
Aprofundamento da revisão e análise da bibliografia	x	x		
Categorização das informações contidas nas fontes documentais já levantadas	x	x		
Identificação temáticas das categorias objetivadas	x	x		

⁶² Alguns apontamentos podem ser feitos sobre essa questão: Aqui temos o contraponto de Martí ao cientificismo positivista que vigorava em seu tempo, em oposição à Domingo Faustino Sarmiento e suas obras “*Conflictos e armonias de las razas em América*” (1833), e *Facundo, o civilización contra Barbárie* (1845).

Análise das temáticas selecionadas	x	x		
Publicação de artigos científicos			x	x
Redação do texto de qualificação			x	
Revisão do texto à luz das sugestões da banca de qualificação			x	
Redação final da dissertação			x	x
Depósito e defesa da dissertação				x

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MARTÍ, José. *Con todos y para el bien de todos*. Biblioteca Virtual Universal, 2003.

_____, José. *Nossa América = Nuestra América/ José Martí*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

_____, José Julián. *Versos Sencillos / José Martí*, tradução, notas e posfácio de Sidnei Belmur Schneider; prefácio de Carlos Batista Lopes. – Porto Alegre: SBS, 1997

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Werner. O pensamento político e religioso de José Martí. Cadernos Ihu Instituto Humanitas da Unisinos, São Leopoldo – RS, v.2, n.3, p. 13-23, 2004.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana / Luis Fernando Ayerbe*. – São Paulo: Editora Unesp. – (Coleção Revoluções do século XX), p. 41-59, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do Romance I: A estilística/Mikhail Bakhtin*; tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. – São Paulo: Editora 34, p. 7-22 e 243-254, 2015.

BOLÍVAR, Simon. *Carta de Jamaica*. In.: BELLOTTO, Manoel Lelo e CORRÊA, Anna Maria Martinez (Orgs.). *Bolívar*. São Paulo: Ática, p. 74-90, 1983.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia do desenvolvimento*. In.: Sociologia, introdução à ciência da sociedade. Maria Cristina Castilho Costa. – São Paulo: Moderna, p. 114-144, 1987.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina / Eduardo Galeano*; tradução de Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, p. 5-26, 2018.

FARIAS, Flávio José de Moura. *A dimensão estratégica da política externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)*. Dissertação de mestrado; Programa de pós-graduação em Relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 10-74; 89-122, 2008.

FRANK, Andre Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo*. In.: América Latina: *Subdesarrollo o revolución*. Ediciones ERA, S. A, p. 21-32, 1973.

LÊNIN, Vladimir Illitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular / V. I. Lênin*, - 1ªed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- LUKÁCS, Gyorgy. *O problema da ideologia*. In: Para uma ontologia do ser social, 2 [recurso eletrônico] / György Lukács; tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, p. 591- 602, 2013.
- LUZ, Evelyn Faria da Silva. José Martí e a luta contra o neo-colonialismo capitalista: Aspectos históricos e contribuições políticos. In.: **Revista REBELA - Revista brasileira de estudos latino-americanos**, v.8, n.1, p. 145-155, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; Petrópolis : Editora Vozes ; Buenos Aires : CLACSO ; Rio de Janeiro, RJ : Laboratório de Políticas Públicas, 2000.
- _____, Ruy Mauro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs.). – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARTÍ, José. Prologo inconcluso de José Martí. In: *Lúcia Jerez*. 1885. Disponível em: <http://www.josemarti.cu/publicacion/lucia-jerez/>.
- MARX, Karl. *O conceito de mais-valor relativo*. In: O Capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital; Livro 1. Tradução Rubens Enderle. Boitempo editorial, p. 481-492, 2017.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina* / Luiz Alberto Moniz Bandeira. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Cap. I, p. 50-81, 2009.
- NAVARRO, José Cantón. *Una revolución martiana y marxista*. Centro de estudios martianos, p. 37-56, 2008.
- PIRES, Karen Daniela. O nacionalismo cubano a partir dos poemas de José Martí. Monografia em História pelo Centro de Ciências humanas e jurídicas da UNIVATES, p. 53-67, 2009.
- PIRES, Olívia Carolino. *Questão Nacional no pensamento crítico da América Latina*. Tese de doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 105-108; 133-149, 2015.
- PISAN, Andréia de Fátima; NENEVÉ, Miguel. O idealismo anticolonialista de José Martí expresso em seus Versos Singelos. In.: **Revista de Estudos Literários, Cultura e Alteridade – Igarapé**, Porto Velho, Rondônia, v.1, n.2, p. 1-17, 2016.
- PRADO, Maria Lígia. *A formação das Nações Latino-americanas*. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas. Coleção Discutindo a História, p. 51-60, 1985.
- RETAMAR, Roberto Fernandez. *Introdução à José Martí*. In.: Nossa América – Antologia. (org.). Roberto Fernandez Retamar; São Paulo: Editora Hucitec/ Associação Cultural José Martí, p. 13-62, 1983.
- SAMPAIO, Amanda Leite de. Escrita epistolar e letras do afeto em José Martí. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, p. 30-39, 104-108, 2013.
- SANCHEZ, Luis Amador. No centenário de José Martí: função histórica do poeta. In.: *Revista de História da Usp*. v.8, n°17, p. 199-209, 1954.
- SANTOS, Fábio Luis Barbosa. Em torno do pensamento econômico de José Martí: premissas ideológicas e horizonte civilizatório de uma utopia latino-americano radical. In.: **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 127-138, 2012.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo – Fragmentos de texto*. In.: POMER, León (org.). Sarmiento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.

SARRACINO, Rodolfo. Con todos y para el bien de todos: unidad, justicia y estrategia internacional en José Martí. Centro de estudios martianos de Havana, p. 1-8, 2008.

SILVA, Gislania de Freitas Silva. *Nuestra América: O nacionalismo internacionalista de José Martí*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, p. 76-85, 2013.

SILVA, Gislania de Freitas; PAIVA, Luiz Fábio. José Martí e o pensamento social latino-americano. In.: **Revista Realis**, v.8, n.1, p. 57-80, 2018.

SUBERCASEAUX, Bernardo. Nuestra América: Texto, lectura y contexto. *Universum*, vol. 32, Universidad de Talca, p. 255-267, 2017.